

Fleury S.A.

**Informações Trimestrais - ITR em
30 de junho de 2012
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais**

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Fleury S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do Fleury S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Fleury S.A.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de julho de 2012.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7



FLEURY S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011			30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Ativo Circulante						Passivo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	232,116	481,400	235,860	486,006	Debêntures	13	2,289	1,688	2,289	1,688
Instrumentos financeiros derivativos	6	12,768	434	12,768	434	Empréstimos e financiamentos	14	87,019	33,025	87,528	34,427
Contas a receber	4.7	317,769	280,803	325,379	284,630	Instrumentos financeiros derivativos	6	-	70	-	70
Estoques	8	10,671	17,065	10,824	17,651	Fornecedores	15	59,954	73,096	61,824	75,441
Impostos a recuperar	4.9	59,242	38,186	61,485	40,100	Salários e encargos a recolher	16	58,344	42,463	59,266	43,000
Despesas do exercício seguinte		4,828	2,563	4,889	2,569	Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	1,011	276	1,011
Outros		12,469	7,318	12,476	7,550	Impostos e contribuições a recolher	17	30,260	24,567	34,021	27,216
Total do ativo circulante		649,863	827,769	663,681	838,940	Contas a pagar - aquisição de empresas	18	18,333	192,190	18,790	195,734
Ativo Não Circulante						Passivo Não Circulante					
Realizável a longo prazo:						Passivo Não Circulante					
Impostos a recuperar	9	-	3,464	-	3,464	Debêntures	13	450,000	451,568	450,000	451,568
Depósitos judiciais	19	5,948	7,007	12,198	13,235	Empréstimos e financiamentos	14	31,414	100,266	32,396	101,814
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.28	96,665	79,176	96,665	79,176	Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	143,163	113,565	143,163	113,565
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	5,502	-	5,502	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	4.19	51,871	53,247	54,998	56,374
Outros		8,777	10,325	8,777	10,326	Impostos e contribuições a recolher	17	58,060	70,166	58,306	70,593
Total do realizável a longo prazo		111,390	105,474	117,640	111,703	Contas a pagar - aquisição de empresas	18	25,570	33,711	25,844	35,104
Investimentos	10	69,055	62,901	246	251	Outros		144	1,005	144	1,005
Imobilizado	11	406,817	361,013	420,487	375,625	Total do passivo não circulante		760,222	823,528	764,851	830,023
Intangível	4.12	1,478,748	1,467,808	1,526,243	1,515,418	Patrimônio Líquido					
Total do ativo não circulante		2,066,010	1,997,196	2,064,616	2,002,997	Capital social	22	1,379,747	1,378,124	1,379,747	1,378,124
Total do Ativo		2,715,873	2,824,965	2,728,297	2,841,937	Reserva de capital - opções outorgadas reconhecidas		2,802	2,561	2,802	2,561
						Reserva de reavaliação		1,847	2,236	1,847	2,236
						Reserva legal		25,169	25,169	25,169	25,169
						Reserva para investimentos		223,791	223,791	223,791	223,791
						Lucro acumulado		64,966	-	64,966	-
						Total do Patrimônio Líquido		1,698,322	1,631,881	1,698,322	1,631,881
						Total do passivo e patrimônio líquido		2,715,873	2,824,965	2,728,297	2,841,937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FLEURY S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 30 DE JUNHO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/2012 a	01/01/2011 a	01/01/2012 a	01/01/2011 a
		30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Receita Líquida de prestação de serviços	23	705,242	469,179	725,795	475,073
Custo dos serviços prestados	24	(513,939)	(311,986)	(530,803)	(317,181)
Lucro Bruto		191,303	157,193	194,992	157,892
Despesas gerais e administrativas	25	(79,203)	(64,439)	(80,165)	(66,279)
Outras receitas (despesas) operacionais	26	(2,704)	(4,503)	(3,562)	(4,513)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	19	(506)	(2,984)	(506)	(2,984)
Equivalência patrimonial	10	1,060	(2,015)	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		109,950	83,252	110,759	84,116
Receitas financeiras	27	28,769	33,010	29,078	33,071
Despesas financeiras	27	(62,643)	(16,515)	(63,257)	(17,368)
Resultado financeiro líquido		(33,874)	16,495	(34,179)	15,703
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		76,076	99,747	76,580	99,819
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	28	-	(23,274)	(504)	(23,346)
Diferidos	28	(12,109)	(15,810)	(12,109)	(15,810)
Lucro Líquido do período		63,967	60,663	63,967	60,663
Resultado abrangente total		63,967	60,663	63,967	60,663
Lucro por ação atribuível aos acionistas da sociedade					
Lucro básico por ação (média ponderada)	30	0.41	0.46	0.41	0.46
Lucro diluído por ação (média ponderada)	30	0.41	0.46	0.41	0.46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FLEURY S.A. E CONTROLADAS**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais - R\$, exceto os lucros e dividendos por ação, propostos e distribuídos)**

	Nota	Capital		Reserva de Capital	Reserva de reavaliação	Reservas de Lucros		Lucro acumulado	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas
		Capital social	Despesas com emissão de ações	Opções outorgadas reconhecidas		Reserva legal	Reserva para investimentos		
Saldos em 31 de dezembro de 2010		<u>854,842</u>	<u>(22,784)</u>	<u>1,196</u>	<u>3,142</u>	<u>20,137</u>	<u>155,270</u>	<u>-</u>	<u>1,011,803</u>
Aumento de capital	22	546,066	-	-	-	-	-	-	546,066
Realização da reserva de reavaliação	11	-	-	-	(906)	-	-	906	-
Plano de opção de compra de ações	29	-	-	1,365	-	-	-	-	1,365
Lucro líquido do exercício (R\$0,64 por ação)		-	-	-	-	-	-	100,647	100,647
Destinação do lucro:									
Juros sobre capital próprio propostos, (R\$0,21 por ação)	22	-	-	-	-	-	-	(28,000)	(28,000)
Constituição da reserva legal	22	-	-	-	-	5,032	-	(5,032)	-
Reserva para investimentos	22	-	-	-	-	-	68,521	(68,521)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011		<u>1,400,908</u>	<u>(22,784)</u>	<u>2,561</u>	<u>2,236</u>	<u>25,169</u>	<u>223,791</u>	<u>-</u>	<u>1,631,881</u>
Aumento de capital	22	1,623	-	-	-	-	-	-	1,623
Realização da reserva de reavaliação	11	-	-	-	(389)	-	-	389	-
Plano de opção de compra de ações	29	-	-	241	-	-	-	610	851
Lucro líquido do período (R\$0,41 por ação)		-	-	-	-	-	-	63,967	63,967
Saldos em 30 de junho de 2012		<u>1,402,531</u>	<u>(22,784)</u>	<u>2,802</u>	<u>1,847</u>	<u>25,169</u>	<u>223,791</u>	<u>64,966</u>	<u>1,698,322</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FLEURY S.A. E CONTROLADAS**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 30 DE JUNHO DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Lucro líquido do período	63,967	60,663	63,967	60,663
Itens que não afetam o caixa:				
Imposto de renda e contribuição social	12,109	39,084	12,613	39,156
Resultado financeiro	33,874	(16,495)	34,179	(15,703)
Depreciações e amortizações	46,897	17,684	48,325	18,016
Resultado de equivalência patrimonial	(1,060)	2,015	-	-
Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização	155,787	102,951	159,084	102,132
Plano de opção de compra de ações	851	487	851	487
Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	506	2,984	506	2,984
Provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa	46,057	8,984	46,256	8,984
Provisões trabalhistas	13,337	13,991	13,337	13,992
Outros	1,526	2,731	1,527	2,740
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes das variações de ativos e passivos	218,064	132,128	221,561	131,320
Contas a receber	(81,094)	(49,280)	(85,031)	(50,009)
Estoques	6,245	(866)	6,678	(505)
Fornecedores/Salários e encargos	(17,463)	(4,361)	(17,554)	(3,088)
Varição em outros ativos	(25,887)	(1,274)	(26,026)	(2,218)
Variações em outros passivos	(10,502)	(17,343)	(10,830)	(17,826)
Total de variação em ativos e passivos	(128,701)	(73,124)	(132,763)	(73,646)
Despesas financeiras pagas	(1,581)	(1,296)	(1,573)	(1,307)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5,709)		(5,897)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	87,782	51,999	87,225	50,470
Aquisição de ativo imobilizado e sistemas de informática	(96,905)	(57,211)	(97,452)	(57,211)
Venda de ativo imobilizado	147	105	147	105
Partes relacionadas	(5,100)	(5,078)	-	-
Empresas adquiridas:				
Pagamentos	(193,960)	(26,261)	(197,374)	(29,571)
Caixa líquido incorporado	-	-	-	4,619
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(295,818)	(88,445)	(294,679)	(82,059)
Varição de empréstimos e debêntures				
Captação de Empréstimos e debêntures	4,263	51,323	4,263	51,323
Liquidação de Empréstimos e debêntures	(26,119)	(18,589)	(27,578)	(18,589)
Juros pagos de empréstimos e debêntures	(33,034)	(9,312)	(33,034)	(9,312)
Juros recebidos sobre aplicação financeira	12,019	30,013	12,034	30,013
Aumento de Capital	1,623	-	1,623	-
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) atividades de financiamento	(41,248)	53,436	(42,692)	53,435
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(249,284)	16,989	(250,146)	21,847
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	481,400	543,336	486,006	543,451
No fim do período	232,116	560,325	235,860	565,297
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(249,284)	16,989	(250,146)	21,847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FLEURY S.A. E CONTROLADAS**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO****PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 30 DE JUNHO DE 2011****(Em milhares de reais - R\$)**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Receitas	755,438	498,909	777,155	505,219
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	802,205	507,684	824,193	513,994
Provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa	(46,057)	(8,984)	(46,256)	(8,984)
Outras receitas	(710)	209	(782)	209
Insumos adquiridos de terceiros	(305,385)	(193,314)	(317,125)	(198,731)
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(232,155)	(148,744)	(242,364)	(154,034)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(73,027)	(44,466)	(74,554)	(44,595)
Perda/Recuperação de valores ativos	(203)	(104)	(207)	(102)
Valor adicionado bruto	450,053	305,595	460,030	306,488
Depreciação e amortização	(46,897)	(17,684)	(48,325)	(18,016)
Valor adicionado líquido	403,156	287,911	411,705	288,472
Valor adicionado recebido em transferência	29,829	30,995	29,078	33,071
Equivalência patrimonial	1,060	(2,015)	-	-
Receitas financeiras	28,769	33,010	29,078	33,071
Valor adicionado total	432,985	318,906	440,783	321,543
Distribuição do valor adicionado	(432,985)	(318,906)	(440,783)	(321,543)
Pessoal e encargos	(204,026)	(130,217)	(207,274)	(130,549)
Impostos, taxas e contribuições	(67,734)	(73,737)	(69,485)	(74,142)
Juros, aluguéis e outras despesas operacionais	(97,258)	(54,289)	(100,057)	(56,189)
Lucros retidos	(63,967)	(60,663)	(63,967)	(60,663)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Índice

1.	CONTEXTO OPERACIONAL.....	2
2.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	3
3.	RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	4
4.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	17
5.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21
6.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO.....	22
7.	CONTAS A RECEBER	29
8.	ESTOQUES	30
9.	IMPOSTOS A RECUPERAR.....	31
10.	INVESTIMENTOS	32
11.	IMOBILIZADO.....	33
12.	INTANGÍVEL.....	35
13.	DEBÊNTURES	37
14.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	39
15.	FORNECEDORES.....	41
16.	SALÁRIOS E ENCARGOS A RECOLHER	41
17.	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	42
18.	CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS.....	44
19.	PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS.....	45
20.	COMPROMISSOS.....	47
21.	PARTES RELACIONADAS.....	48
22.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	49
23.	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	50
24.	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS.....	50
25.	DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	51
26.	OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS.....	51
27.	RESULTADO FINANCEIRO	51
28.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO	53
29.	BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	55
30.	LUCRO POR AÇÃO.....	57
31.	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS	58
32.	COBERTURA DE SEGUROS	59

FLEURY S.A.

**Notas explicativas da administração às informações trimestrais - ITRs em 30 de junho de 2012.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fleury S.A. (“Fleury”, “Sociedade” ou “Controladora”, e, em conjunto com suas controladas, “Grupo Fleury” ou “Grupo”) tem por objetivo a prestação de serviços médicos na área de diagnósticos, tratamentos e análises clínicas, podendo participar em outras empresas como sócio, acionista ou cotista, bem como criar condições adequadas para o bom desempenho da profissão médica, além de pugnar pela pesquisa e estudos, visando ao progresso científico da Medicina.

O Grupo Fleury é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de São Paulo, e atua nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Pernambuco e Distrito Federal. As ações da Companhia estão registradas no mais elevado nível de governança corporativa da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), denominado Novo Mercado.

Em 13 de julho de 2011 o Fleury S.A. celebrou Acordo de Investimento que previa a aquisição de 100% da empresa Labs Cardiolab Exames Complementares S.A (“Labs Cardiolab”). A Labs Cardiolab é uma empresa que atua no setor de medicina diagnóstica no Estado do Rio de Janeiro.

A incorporação de Labs Cardiolab foi aprovada pelos acionistas de Fleury S.A. em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2011.

A aquisição de participação acionária em Labs Cardiolab pela Sociedade foi submetida à apreciação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 3 de agosto de 2011, nos termos da legislação em vigor (Ato de Concentração n.º 08012.008448/2011-13). No momento, o processo encontra-se sob análise da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE. A Sociedade entende que esta aquisição não representa concentração de mercado que possa ameaçar à concorrência, portanto espera que o referido Ato de Concentração seja aprovado integralmente pelo CADE.

As informações trimestrais – ITRs do Grupo Fleury foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de Julho de 2012.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Informações Trimestrais - ITRs (individuais e consolidadas) estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, arredondados para o milhar mais próximo indicado.

Informações Trimestrais – Controladora

As informações trimestrais da Controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Informações Trimestrais – Consolidadas

As informações trimestrais consolidadas do Grupo Fleury foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o International Accounting Standards (IAS) N° 34, que trata dos relatórios contábeis interinos.

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com o padrão contábil internacional estabelecido pelo International Accounting Standards Board – IASB (conhecidos como International Financial Reporting Standards – IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme Instrução CVM nº 485 de 1º de setembro de 2010, e encontram-se arquivadas na CVM e na BM&FBOVESPA via Sistema IPE, na categoria “Dados Econômico-Financeiros”.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As Informações Trimestrais - ITRs individuais da Controladora apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas Informações Trimestrais - ITRs individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Informações Trimestrais - ITRs consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas Informações Trimestrais - ITRs individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o Grupo Fleury optou por apresentar essas informações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Base de elaboração

Dependendo da norma CPC aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das Informações Trimestrais - ITRs considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o CPC permite a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição é utilizado.

Na elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os CPCs, a Administração da Companhia precisa tomar decisões, fazer estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos relacionados baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada, caso a revisão afete apenas aquele período, ou no período da revisão e em períodos futuros, se a revisão afetar tanto períodos correntes como futuros.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem informações financeiras da Sociedade e de suas controladas.

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Sociedade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Sociedade e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As operações entre as empresas do Grupo Fleury, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nas operações com controladas são eliminados.

Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 30 de junho de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, o Grupo Fleury possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado” e “recebíveis”.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pelo Grupo Fleury na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras, e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos exceto para os créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos custos seria imaterial, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo Fleury administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada do Grupo Fleury na cobrança de pagamentos, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas com base nas características operacionais de cada segmento.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais - ITRs de cada uma das empresas do Grupo Fleury são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações trimestrais - ITRs individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, R\$ é a moeda funcional de apresentação do Grupo Fleury.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido na demonstração dos fluxos de caixa.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo Fleury. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, exceto para as contas a receber de curto prazo quando o reconhecimento dos custos seria imaterial, menos a provisão para glosa e créditos de liquidação duvidosa ("PDD").

Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

Combinação de negócios

Informações Trimestrais - ITRs Consolidadas:

Nas informações trimestrais - ITRs consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo Grupo Fleury, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. A participação dos acionistas minoritários é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificados.

Quando a contrapartida transferida em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes no ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição) relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes e sua correspondente liquidação

é contabilizada no patrimônio. A contrapartida contingente classificada como ativo ou passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais o Grupo Fleury incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Informações Trimestrais – ITRs Controladora

Nas informações trimestrais – ITRs controladora, o Grupo Fleury aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação do Grupo Fleury no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação do Grupo Fleury no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

O ágio relacionado a investimento que tenha sido incorporado pela Sociedade é reclassificado da conta de “Investimento” para a conta “Intangível”.

Ágio

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa, do Grupo Fleury desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado foram submetidas na data do balanço patrimonial a teste de redução no valor recuperável, havendo alguma evidência, esse procedimento poderá ocorrer com maior frequência. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não pode ser revertida em períodos subsequentes.

Ativo Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo histórico menos depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos

futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou componentes de ativos pelo método linear, de modo que o valor do custo após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

<u>Classes de Imobilizado</u>	Vida Útil (anos)
Edificações	60
Máquinas e equipamentos	13
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em bens de terceiros	5*

* Prazo médio de vigência de contratos de aluguel

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado, na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos".

Ativo Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos segregados do ágio e registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo Fleury revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo Fleury calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda, e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil determinado, como se nenhuma perda por

redução ao valor recuperável do ativo (ou unidade geradora de caixa) tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Transações e participações não controladoras

O Grupo Fleury trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo Fleury. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre a contraprestação transferida e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da adquirida é registrada no patrimônio líquido.

Instrumentos financeiros passivos

Instrumentos financeiros passivos não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo Fleury se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo Fleury baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo Fleury tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de realizar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Grupo Fleury tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, contas a pagar por aquisição de empresas, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Passivos financeiros derivativos

O Grupo Fleury possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, “swaps” de moedas. A nota explicativa “Instrumentos Financeiros e Gestão do Risco Financeiro” inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”. Para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras não houve designação de instrumento de “hedge”, bem como não houve contratação de instrumento financeiro derivativo de caráter especulativo.

Benefícios a empregados

Planos de aposentadoria de contribuição definida

Os pagamentos ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Remuneração com base em ações

O Grupo Fleury oferece aos executivos planos de remuneração com base em ações, segundo o qual recebe os serviços dos empregados como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas do Grupo Fleury sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada exercício, o Grupo Fleury revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Reserva de Capital - opções outorgadas reconhecidas” que registrou o benefício aos empregados.

Participação nos lucros

O Grupo Fleury remunera seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no período. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa de participação nos resultados.

Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis neste ou em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias na data de cada balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases

fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial, exceto para combinação de negócios, se aplicável de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada na data de cada balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo Fleury espera, no final de cada período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando: (a) há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente; (b) quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal; (c) o Grupo Fleury pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Grupo Fleury têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade e de suas controladas. Os fundamentos

e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa “Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis”.

Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis para os quais o Grupo Fleury não detém substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos no resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo Fleury detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas como “empréstimos”. Os juros são reconhecidos no resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil estimada do ativo.

Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo Fleury. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Vendas de serviços

A receita pela prestação de serviços é reconhecida com base nos serviços realizados até a data do balanço. Nas datas de encerramento dos exercícios, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados na rubrica “Valores a faturar”, que está incluída no saldo do grupo “Contas a receber”.

O Grupo Fleury reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo Fleury e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo Fleury, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo Fleury baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Receita financeira

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo Fleury e o valor da receita possa ser mensurado com

confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método de juros com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

Receita de dividendos

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Controladora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

Distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no dividendo mínimo estabelecido no estatuto social da Sociedade. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo conselho de administração para submeter a AGO.

A despesa financeira dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício, para atendimento da norma fiscal, e revertido para fins de apresentação de informações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do valor adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo Fleury e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações trimestrais – ITRs e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pelo Grupo Fleury, representada pelas receitas pelos insumos adquiridos de terceiros e o valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de faixas, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno

esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. O Grupo Fleury está avaliando o impacto do IAS 19. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Sociedade está avaliando o impacto do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

. IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A Sociedade está avaliando o impacto do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

. IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A Sociedade está avaliando o impacto do IFRS 11. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

. IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A Sociedade está avaliando o impacto do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

. IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Sociedade ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas relevantes de IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo Fleury.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As controladas da Sociedade estão sumariadas a seguir, assim como sua participação (direta e indireta):

	Data de Aquisição	Participação %	
		<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Clinica Luiz Felipe Mattoso	Agosto de 2011	100%	100%
Fleury Centro de Procedimentos Médicos Avançados (“Fleury CPMA”) – SP	Constituído em junho de 2003	100%	100%
Labs Cardiolab Exames Complementares S.A.	Agosto de 2011	-	Incorporada 100% por Fleury S.A. em Dez/11
Diagnoson Ultra Sonografia e Densitometria Óssea Ltda	Maior de 2011	-	Incorporada 100% por Fleury S.A. em Ago/11
DI Serviços Médicos – SP	Maior de 2010	-	Incorporada 100% por Fleury S.A. em Ago/11

Reestruturações societárias

Em Assembléia Geral Extraordinária do Fleury, realizada em 30 de dezembro de 2011, foi aprovada a incorporação da subsidiária integral Labs Cardiolab Exames Complementares S.A. (“Labs Cardiolab”), tendo como base o seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$186.715.

Em Assembleia Geral Extraordinária do Fleury, realizada em 1º de agosto de 2011, foi aprovada a incorporação da subsidiária integral Diagnoson Ultra-Sonografia e Densitometria Óssea Ltda. (“Diagnoson”), tendo como base o seu patrimônio líquido em 31 de julho de 2011, no montante de R\$6.511.

Ainda em 1º de agosto de 2011, a controlada Fleury CPMA incorporou a subsidiária integral DI Serviços Médicos Associados Ltda. (“DIS”), tendo como base o seu patrimônio líquido em 31 de julho de 2011, no montante de R\$2.077.

Os saldos incorporados pelo Fleury S.A. e Fleury CPMA, na data-base dos atos societários da incorporação (demonstrados no quadro no início da nota), estão apresentados no quadro a seguir:

	Ano 2011		
	Labs Cardiolab	Diagnoson	DIS
Caixa e equivalentes de caixa (caixa líquido incorporado)	10.291	5.536	64
Contas a receber	101.425	612	2.473
Investimentos	12.016	-	-
Imobilizado e Intangível	118.519	5.958	284
Outros créditos	34.020	254	1.175
Fornecedores	(5.196)	(682)	(617)
Obrigações fiscais	(27.522)	(1.094)	(228)
Empréstimos e Financiamentos	(14.031)	(2.569)	(1.074)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(26.040)	(1.284)	-
Outras obrigações	<u>(16.767)</u>	<u>(220)</u>	-
Acervo líquido incorporado	<u>186.715</u>	<u>6.511</u>	<u>2.077</u>

Combinções de negócios

i. Em 1º de agosto de 2011, o Grupo Fleury concretizou a aquisição da Labs Cardiolab que presta serviços de exames diagnósticos por imagem no estado do Rio de Janeiro.

A análise de reconhecimento e mensuração preliminar dos ativos adquiridos e passivos assumidos resultou nos seguintes ajustes no valor contábil da empresa adquirida:

- Ativo não reconhecido até a data da combinação de negócios pela adquirida - Contrato com hospitais: Intangível - Contratos, vida útil de 10 anos: R\$154.387.
- Valor justo dos itens do imobilizado: (R\$33.737).
- Valor justo de contingências possíveis e remotas: R\$12.534.
- IR diferido passivo calculado sobre o valor de contratos: R\$52.492.
- IR diferido ativo calculado sobre o valor das contingências e do imobilizado: R\$15.733.

Durante o primeiro trimestre de 2012 a alocação do ágio foi revista e as seguintes alocações do ágio foram registradas:

- Valor justo de contas a receber: (R\$28.365).
- Valor justo de impostos a recuperar: (R\$6.675.)
- Valor justo de contingências possíveis e remotas: R\$10.216.
- IR diferido ativo calculado sobre o valor das contingências: R\$3.473.

Durante o segundo trimestre de 2012, foi registrada provisão de R\$7.121 referente ao Ajuste do Preço de Compra de Labs Cardiolab, previsto no Acordo de Investimentos celebrado em 13 de julho de 2011.

ii. Em 31 de maio de 2011, o Grupo Fleury concretizou a aquisição da Diagnoson que atua em Salvador - BA, realizando exames de diagnóstico por imagem e medicina nuclear.

A análise de reconhecimento e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos resultou nos seguintes ajustes no valor contábil das empresas adquiridas:

- Ativo não reconhecido até a data da combinação de negócios pela adquirida - DIS: Intangível - Marcas e Patentes, amortizado nos próximos 10 anos: R\$1.737.
- Ativo não reconhecido até a data da combinação de negócios pela adquirida - Diagnoson: Intangível - Marcas e Patentes, amortizado nos próximos 10 anos: R\$2.973.
- Valor justo dos itens do imobilizado - Diagnoson: R\$870.
- IR diferido passivo calculado sobre o valor de marcas e patentes e mais valia do imobilizado - Diagnoson: R\$1.306.

O Grupo Fleury utilizou a metodologia “*Relief from Royalty*” para cálculo do valor da marca nas combinações de negócios. O valor presente líquido dos royalties aplicados as premissas de receita futuras é considerado como o valor da marca. Os fluxos de caixas futuros das marcas foram definidos em função dos cálculos de rentabilidade futura usados nos estudos de aquisição e descontados a valor presente pela taxa de desconto utilizada nos testes de redução ao valor recuperável do ágio do Grupo Fleury.

A tabela abaixo demonstra a apuração do ágio:

	Ano 2011		
	Valor contábil das empresas adquiridas	Ajustes de valor justo e reconhecimento	Valores justos das empresas adquiridas
Total do ativo	317.247	108.442	425.689
Total do passivo	<u>108.578</u>	<u>77.494</u>	<u>186.072</u>
Valor líquido contábil	<u>208.669</u>		
Valor líquido dos ajustes		<u>30.948</u>	
Valor líquido dos ativos adquiridos e passivos assumidos			<u>239.617</u>
Ágio			984.651
Contraprestação paga a vista			457.938
Contraprestação a pagar			216.744
Contraprestação a pagar em ações			546.066
Contraprestação contingente			<u>3.520</u>
Contraprestação transferida			<u>1.224.268</u>

Até a data de 30 de junho de 2012 não houve aquisição de empresas.

Os ágios que surgem das aquisições representam o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes das combinações de negócios. O valor do ágio que espera ser dedutível para fins fiscais é de R\$1.012.756 para as combinações de negócios ocorridas em 2011.

Despesas de honorários legais externas e due diligence referentes a combinações de negócios foram incluídos nas despesas administrativas na demonstração de resultado.

Reconhecimento do Ágio em Combinações de negócios

No primeiro trimestre de 2012 a Sociedade obteve novas informações relativas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição da Labs Cardiolab. De acordo com as normas contábeis aplicáveis em Combinação de Negócios, a Sociedade dentro do período de mensuração ajustou retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data de aquisição da empresa Labs Cardiolab. Abaixo estão apresentados os saldos de balanço apresentados nas Demonstrações Financeiras Anuais de 2011, em comparação aos saldos de balanço apresentados nestas informações trimestrais – ITRs:

	<u>Balanço de 31.12.2011 nas Demonstrações Anuais de 2011</u>		<u>Ajustes Retrospectivos (Controladora e Consolidado)</u>		<u>Balanço de 31.12.2011 ajustado nas ITRs de 2012</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Débitos</u>	<u>Créditos</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Contas a receber	309.168	312.995	-	28.365	280.803	284.630
Impostos a recuperar	44.861	46.775	-	6.675	38.186	40.100
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	75.703	75.703	3.473	-	79.176	79.176
Intangível	1.426.025	1.473.635	41.783	-	1.467.808	1.515.418
Saldos de Ativo	<u>2.814.749</u>	<u>2.831.721</u>	<u>45.256</u>	<u>35.040</u>	<u>2.824.965</u>	<u>2.841.937</u>
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	43.031	46.158	-	10.216	53.247	56.374
Saldos de Passivo e Patrimônio Líquido	<u>2.814.749</u>	<u>2.831.721</u>	=	<u>10.216</u>	<u>2.824.965</u>	<u>2.841.937</u>

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e depósitos bancários	8.919	10.746	10.216	12.649
Aplicações financeiras	<u>223.197</u>	<u>470.654</u>	<u>225.644</u>	<u>473.357</u>
	<u>232.116</u>	<u>481.400</u>	<u>235.860</u>	<u>486.006</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de um título com o compromisso, por parte do banco vendedor, de recomprá-lo e, da Sociedade (compradora), de revendê-lo no futuro. Em 30 de junho de 2012 as aplicações são remuneradas a uma taxa média ponderada de 104% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (103% do CDI em 31 de dezembro de 2011).

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas são: riscos de mercado (incluindo risco de câmbio e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. Esses riscos são inerentes às suas atividades e são administrados por meio de políticas e controles internos.

A Sociedade possui uma política de gestão de riscos financeiros. A supervisão e o monitoramento das políticas estabelecidas são efetuados por meio de relatórios gerenciais mensais.

Riscos de mercado

Risco de taxa de câmbio

A Sociedade e suas controladas possuem contas a receber, empréstimos e financiamentos e contas a pagar a fornecedores contratados em moeda estrangeira (principalmente o dólar norte americano). O risco vinculado a esses ativos e passivos decorre da possibilidade de a Sociedade e suas controladas incorrerem em perdas pelas flutuações nas taxas de câmbio. Os passivos sujeitos a esse risco em 30 de junho de 2012 representam 5,2 % do saldo total de empréstimos e financiamentos consolidado e 6,0% do total de fornecedores no consolidado. A Sociedade possui saldo a receber de clientes em moeda estrangeira, representando 0,1% do total de contas a receber no consolidado, que contribui para a redução de sua exposição perante as parcelas dos financiamentos e fornecedores.

A Sociedade possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção contra a oscilação da taxa de câmbio na aquisição de serviços e contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

A Sociedade apresentava a seguinte exposição líquida em 30 de junho de 2012 (taxa US\$: 2,0213):

	US\$ mil	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo circulante:		
Contas a receber	205	205
Passivo:		
Empréstimos e financiamentos – circulante	(32.237)	(32.489)
Empréstimos e financiamentos – não circulante	(1.882)	(2.367)
Fornecedores	(1.827)	(1.827)
Total do passivo	(35.946)	(36.683)
Derivativos	<u>33.591</u>	<u>33.591</u>
Exposição líquida	<u>(2.150)</u>	<u>(2.887)</u>

Para os instrumentos financeiros, a Sociedade e suas controladas consideram como cenário provável (Cenário I) a média ponderada das taxas de câmbio futuras do Real em relação ao dólar norte-americano, obtidas na BM&FBOVESPA para o vencimento do instrumento, e calculada com base no valor nominal do contrato.

Em atendimento ao disposto na instrução CVM nº 475/08, para determinação dos efeitos do valor justo dos instrumentos financeiros e da posição patrimonial decorrentes da variação desfavorável nas taxas de câmbio, a Sociedade e suas controladas adotaram os cenários de variações positivas mínimas definidas pela referida instrução e equivalentes a 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação do cenário provável.

Os valores estão demonstrados brutos de imposto de renda e contribuição social.

	Variação desfavorável consolidado				
	Vencimento	Cenário I		Cenário II	Cenário III
		(perda) ganho	Risco (*)	(perda) ganho	(perda) ganho
				+25%	+50%
Taxa de câmbio (em R\$)		2,0914		2,6142	3,1370
Clientes	2012	14	Desvalorização US\$	121	229
Fornecedores	2012	(128)	Elevação US\$	(1.083)	(2.038)
Empréstimos e financiamentos	2013	(78)	Elevação US\$	(659)	(1.240)
Empréstimos e financiamentos	2012	(2.265)	Elevação US\$	(19.174)	(36.083)
Empréstimos e financiamentos	2014	(45)	Elevação US\$	(383)	(721)
Empréstimos e financiamentos	2015	(21)	Elevação US\$	(175)	(329)
Empréstimos e financiamentos	2016	(33)	Elevação US\$	(275)	(518)
Derivativos		<u>2.295</u>		<u>19.901</u>	<u>37.507</u>
Efeito líquido		<u>(261)</u>		<u>(1.727)</u>	<u>(3.193)</u>

(*) Refere-se ao risco para a Sociedade considerando-se a natureza de cada instrumento financeiro.

Risco de taxa de juros

A Sociedade e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores, como a TJLP e o CDI, bem como saldo de impostos e tributos a pagar, com juros à taxa SELIC e TJLP. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Sociedade e suas controladas não têm pactuado contratos de derivativos para

fazer cobertura para esse risco por entender que o risco é mitigado pela existência de ativos indexados em CDI.

A análise de sensibilidade dos juros sobre empréstimos e financiamentos utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais obtidas na BM&FBOVESPA em 30 de junho de 2012, e os Cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como segue:

<u>Cenários</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u> +25%	<u>Cenário III</u> +50%
Taxa do CDI (a.a.)	8,36%	10,45%	12,54%
Empréstimos e financiamentos	2.723	3.156	3.584
Debêntures	224.890	270.862	316.416
Despesas com juros projetadas (*)	<u>227.613</u>	<u>274.018</u>	<u>320.000</u>
Taxa da TJLP (a.a.)	5,50%	6,88%	8,25%
Despesas com juros projetadas (*)	<u>112</u>	<u>115</u>	<u>118</u>

(*) Calculados até o término do contrato

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo Fleury está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, o Grupo registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa do Grupo Fleury é realizada pela Diretoria de Finanças. Esta área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo Fleury para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo Fleury não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo e debentures (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a área de Diretoria de Finanças. A área de Diretoria de Finanças investe o excesso de caixa em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações compromissadas, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem necessária conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 30 de junho de 2012, o Grupo Fleury mantinha aplicações de curto prazo classificado no Caixa e equivalente a caixa de R\$225.659 (R\$473.357 em 31 de dezembro de 2011).

O quadro a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos e derivativos do Grupo Fleury, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados no quadro a seguir são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de 1</u> <u>ano</u>	<u>Entre 1 e 2</u> <u>anos</u>	<u>Entre 2 e</u> <u>5 anos</u>	<u>Acima de 5</u> <u>anos</u>
Em 30 de junho de 2012				
Debêntures	2.289	-	250.000	200.000
Empréstimos e financiamentos	87.528	12.946	18.278	1.172
Instrumentos financeiros derivativos	12.768	-	-	-
Fornecedores	61.824	-	-	-
Contas a pagar – aquisição de empresas	18.790	12.614	8.337	4.893
Em 31 de dezembro de 2011				
Debêntures	1.688	-	250.835	200.732
Empréstimos e financiamentos	34.427	84.380	16.636	798
Instrumentos financeiros derivativos	364	-	5.502	-
Fornecedores	75.441	-	-	-
Contas a pagar – aquisição de empresas	195.734	9.140	20.141	5.823

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo Fleury ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo Fleury para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo Fleury pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, recomprar ações em tesouraria ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo Fleury monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pela estrutura de capitalização. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo debêntures, empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. A estrutura de capitalização

total é apurada através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho 2012 e 31 de dezembro de 2011 podem ser assim sintetizados:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Total caixa e equivalentes de caixa	235.860	486.006
Total dos empréstimos e arrendamentos	(119.924)	(136.241)
Total de debêntures	(452.289)	(453.256)
Caixa líquido	<u>(336.353)</u>	<u>(103.491)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.698.322</u>	<u>1.631.881</u>
Capitalização Total	<u>1.361.969</u>	<u>1.528.390</u>
Índice de alavancagem financeira	0,25	0,07

Derivativos

A Sociedade e suas controladas mantêm políticas internas com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para administrar os riscos associados, bem como assegurar o correto registro em suas demonstrações financeiras.

A Sociedade e suas controladas não contratam instrumentos derivativos para especulação no mercado financeiro. Nos contratos de derivativos não existe nenhuma margem dada em garantia.

Os valores são apurados com base em modelos e cotações disponíveis no mercado, que levam em conta condições de mercado presentes ou futuras, sendo valores brutos, anteriores à incidência de impostos.

Em função da variação das taxas de mercado, esses valores poderão sofrer alterações até o vencimento ou liquidação antecipada das transações.

O valor justo desses instrumentos na data das demonstrações financeiras por contraparte, classificados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”, está demonstrado a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Valor nominal (US\$ mil)</u>	<u>Moeda</u>	<u>Contraparte</u>	<u>Taxa média de câmbio contratada R\$</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Saldo em 31/12/2011</u>	<u>Resultado até 29/06/2012</u>	<u>Liquidação</u>	<u>Saldo em 30/06/2012</u>
NDF	-	US\$	Itaú BBA	-	-	(39)	(110)	149	-
DF	-	US\$	HSBC	-	-	403	(251)	(152)	-
SWAP	30.922	US\$	Itaú BBA	1,6170	13/05/2013	5.502	3.599	3.553	12.654
Opção de Call	1.103	US\$	Votorantim	2,0379	16/07/2012 a 03/12/2012	-	48	-	48
Opção de Call	531	US\$	Santander	2,0447	02/07/2012 a 17/12/2012	-	23	-	23
Opção de Call	1.035	US\$	Itaú BBA	2,0559	28/09/2012 a 28/12/2012	-	43	-	43
Total controladora e consolidado						<u>5.866</u>	<u>3.352</u>	<u>3.550</u>	<u>12.768</u>

Em 30 de junho de 2012, a Sociedade possui instrumentos derivativos em aberto para cobertura de seus empréstimos em moeda estrangeira e pagamentos de fornecedores no montante de US\$33.591 mil e que apresentam um ganho líquido de R\$12.768 na Controladora e no Consolidado (Ganho líquido de R\$5.866 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2011) registrada no balanço patrimonial sob a rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”.

Os contratos de Non Deliverable Forwards (NDFs) liquidados até o 2º período de 2012 apresentaram uma perda total de R\$2,454. Os contratos de NDF e Opção de Call e SWAP tiveram um impacto no caixa da sociedade de R\$3.552.

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 475/08 para os instrumentos financeiros derivativos, a Sociedade e suas controladas consideraram como cenário provável (Cenário I) as taxas de câmbio futuras do Real em relação ao dólar norte-americano, obtidas na BM&FBOVESPA para o vencimento dos instrumentos, e calculada sobre o valor nominal do contrato.

A Sociedade e suas controladas adotaram, conforme determina a Instrução CVM nº 475/08, os cenários equivalentes a -25% (Cenário II), -50% (Cenário III), 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação do cenário provável.

	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário IV</u>	<u>Cenário V</u>
Variação da taxa de câmbio	0%	-25%	-50%	25%	50%
Desvalorização do US\$ (taxa em R\$)	-	1,5685	1,0457	-	-
Valorização do US\$ (taxa em R\$)	2,0914	-	-	2,6142	3,1370

Variação da taxa de câmbio - Controladora e Consolidado

	Cenário I (perda) ganho	<u>Risco</u> (1)	Cenário II (perda) ganho	Cenário III (perda) ganho	Cenário IV (perda) ganho	Cenário V (perda) ganho
<u>Efeito no Passivo em US\$</u>	<u>(2.570)</u>		<u>16.610</u>	<u>35.789</u>	<u>(21.749)</u>	<u>(40.929)</u>
Financiamentos em US\$	(2.442)	Valoriz. US\$	15.783	34.007	(20.666)	(38.891)
Fornecedores	(128)	Valoriz. US\$	827	1.782	(1.083)	(2.038)
<u>Efeito nos Derivativos</u>	<u>1.783</u>		<u>(14.701)</u>	<u>(30.952)</u>	<u>19.389</u>	<u>36.995</u>
“SWAP”	1.665	Desvaloriz.US\$	(14.587)	(30.838)	17.916	34.168
Opção de Call	118	Desvaloriz.US\$	(114)	(114)	1.473	2.827
<u>Efeito líquido (2)</u>	<u>(787)</u>		<u>1.909</u>	<u>4.837</u>	<u>(2.360)</u>	<u>(3.934)</u>

(1) Refere-se ao risco para a Sociedade considerando-se a natureza de cada instrumento financeiro.

(2) Variações do efeito líquido decorrentes da contratação de instrumentos derivativos para suportar importações em andamento contratadas em dólar norte americano. As importações em andamento são registradas no passivo apenas quando o produto/serviço é recebido pela Sociedade.

7. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Duplicatas a receber:				
Valores faturados	335.060	306.038	339.847	308.545
Valores a faturar	25.110	17.485	28.292	18.965
	<u>360.170</u>	<u>323.523</u>	<u>368.139</u>	<u>327.510</u>
Provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa	<u>(42.401)</u>	<u>(42.720)</u>	<u>(42.760)</u>	<u>(42.880)</u>
Total contas a Receber	<u>317.769</u>	<u>280.803</u>	<u>325.379</u>	<u>284.630</u>

Resumo por vencimento das duplicatas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldos a vencer (*)	210.793	172.371	215.869	176.092
Saldos vencidos até 120 dias	90.100	61.886	92.719	61.900
Saldos vencidos de 121 a 360 dias	44.739	69.367	44.745	69.382
Saldos vencidos acima 361 dias	14.538	19.899	14.806	20.136
	<u>360.170</u>	<u>323.523</u>	<u>368.139</u>	<u>327.510</u>

(*) O vencimento dessas contas dá-se, em média, em 35 dias.

Movimentação da provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Saldo no início do período	(42.720)	(32.890)	(42.880)	(33.039)
Baixa de títulos incobráveis	46.376	3.314	46.376	3.314
Adições de glosas e créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas 23 e 26)	(46.057)	(6.351)	(46.256)	(6.351)
Saldo no fim do período	<u>(42.401)</u>	<u>(35.927)</u>	<u>(42.760)</u>	<u>(36.076)</u>

A Sociedade e suas controladas possuem certo grau de concentração em suas carteiras de clientes. Em 30 de junho de 2012, a concentração dos quatro principais clientes é de 43% do total da carteira (45% em 31 de dezembro de 2011).

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
“Kits” para diagnósticos	6.069	9.393	6.069	9.850
Material de enfermagem e coleta	2.081	3.832	2.181	3.862
Materiais auxiliares para laboratório	1.731	2.785	1.731	2.785
Materiais administrativos, promocionais e outros	<u>790</u>	<u>1.055</u>	<u>843</u>	<u>1.154</u>
	<u>10.671</u>	<u>17.065</u>	<u>10.824</u>	<u>17.651</u>

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (a)	33.014	23.226	33.385	23.796
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (b)	12.232	8.841	12.453	8.985
Instituto nacional do seguro social - INSS - previdência social (c)	6.040	2.508	6.040	2.508
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (a)	2.473	2.264	3.005	2.401
Imposto sobre serviços - ISS (d)	2.213	2.049	2.300	2.049
Contribuição para o financiamento da seguridade Social - COFINS (e)	1.390	1.029	1.981	2.037
Funrural (f)	1.562	1.562	1.562	1.562
Outros	<u>318</u>	<u>171</u>	<u>759</u>	<u>226</u>
	<u>59.242</u>	<u>41.650</u>	<u>61.485</u>	<u>43.564</u>
Circulante	59.242	38.186	61.485	40.100
Não circulante	-	3.464	-	3.464

(a) IRRF e IRPJ sobre os resgates de aplicações financeiras e prestação de serviços às operadoras de planos de saúde e outras Pessoas Jurídicas.

(b) CSLL oriunda de empresas adquiridas. Tais valores serão utilizados para compensação com impostos e contribuições a recolher.

(c) INSS retido sobre as notas fiscais de faturamento por serviços prestados principalmente a hospitais.

(d) ISS retido sobre as notas fiscais de faturamento por serviços prestados para convênios.

(e) COFINS - retido sobre as notas fiscais de faturamento por serviços prestados a pessoas jurídicas.

(f) Funrural pago por empresas incorporadas. Tais valores serão restituídos através de processo administrativo em trânsito.

10. INVESTIMENTOS

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Investimentos em Controladas:		
Fleury CPMA		
Custo	18.669	14.742
Ágio	<u>1.351</u>	<u>1.351</u>
	<u>20.020</u>	<u>16.093</u>
Felippe Mattoso		
Custo	14.244	12.011
Ágio	34.546	34.546
	<u>48.790</u>	<u>46.557</u>
Total de investimentos em Controladas	<u>68.810</u>	<u>62.650</u>
Outros investimentos	<u>245</u>	<u>251</u>
Saldos em 30 de Junho de 2012	<u>69.055</u>	<u>62.901</u>

Movimentação dos saldos de investimentos em controladas:

	<u>Fleury CPMA</u>	<u>Felippe Mattoso</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	16.093	46.557	62.650
Aumento de Capital	5.100	-	5.100
Equivalência patrimonial	<u>(1.173)</u>	<u>2.233</u>	<u>1.060</u>
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>20.020</u>	<u>48.790</u>	<u>68.810</u>

Os principais dados do Fleury CPMA são como segue:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Participação	100%	100%
Capital social integralizado	64.081	58.981
Patrimônio líquido	18.669	14.742
Resultado do período	(1.173)	(6.443)

Os principais dados do Felipe Mattoso são como segue:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Participação	100%	100%
Capital social integralizado	400	400
Patrimônio líquido	14.244	12.011
Resultado do período	2.233	-

11. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora			
		30/06/2012		31/12/2011	
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Saldo líquido</u>
Máquinas e equipamentos	8	352.159	(168.890)	183.269	156.231
Instalações	10	164.965	(34.531)	130.434	109.955
Imóveis	2	28.138	(2.751)	25.387	25.873
Equipamentos de informática	20	64.138	(43.824)	20.314	20.919
Móveis e utensílios	10	44.410	(26.918)	17.492	17.403
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	66.631	(51.740)	14.891	15.956
Terrenos	-	11.488	-	11.488	11.488
Imobilizado em andamento	-	2.990	-	2.990	2.535
Outros	-	<u>1.488</u>	<u>(936)</u>	<u>552</u>	<u>653</u>
		<u>736.407</u>	<u>(329.590)</u>	<u>406.817</u>	<u>361.013</u>

	Taxa média anual de depreciação - %	Consolidado			
		30/06/2012		31/12/2011	
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Saldo líquido</u>
Máquinas e equipamentos	8	379.406	(186.998)	192.408	166.090
Instalações	10	166.739	(35.487)	131.252	111.153
Imóveis	2	28.138	(2.751)	25.387	25.873
Equipamentos de informática	20	65.951	(45.203)	20.748	21.311
Móveis e utensílios	10	46.458	(28.064)	18.394	18.383
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	72.380	(55.561)	16.819	18.012
Terrenos	-	11.488	-	11.488	11.488
Imobilizado em andamento	-	3.439	-	3.439	2.585
Outros	-	<u>1.488</u>	<u>(936)</u>	<u>552</u>	<u>730</u>
		<u>775.487</u>	<u>(355.000)</u>	<u>420.487</u>	<u>375.625</u>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Saldos no início do período	361.013	173.614	375.625	179.361
Adições:				
Máquinas e equipamentos	42.826	17.077	42.836	22.813
Instalações	27.500	24.294	27.501	24.574
Equipamentos de informática	3.309	3.365	3.386	3.499
Benfeitorias em imóveis de terceiro	2.622	110	2.622	110
Móveis e utensílios	1.893	4.351	1.896	4.439
Outros	<u>583</u>	<u>876</u>	<u>1.033</u>	<u>876</u>
Total de adições	<u>78.733</u>	<u>50.073</u>	<u>79.274</u>	<u>56.311</u>
Baixas líquidas	(385)	(17)	(561)	(17)
Depreciações	<u>(32.544)</u>	<u>(13.873)</u>	<u>(33.851)</u>	<u>(14.044)</u>
Saldos no fim do período	<u>406.817</u>	<u>209.797</u>	<u>420.487</u>	<u>221.611</u>

Em 30 de junho de 2012, a Sociedade mantém saldo de reavaliação registrado, líquido de depreciação, no montante de R\$1.847 (R\$2.236 em 31 de dezembro de 2011) para máquinas e equipamentos.

Arrendamento mercantil

Composição das operações de arrendamento por categoria de ativos em 30 de junho de 2012:

	Taxa média anual de depreciação - %	Consolidado			
		Custo	30/06/2012		31/12/2011
			Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Máquinas e equipamentos	10	47.078	(21.286)	25.792	27.371
Equipamentos de informática	20	<u>2.452</u>	<u>(793)</u>	<u>1.659</u>	<u>1.902</u>
		<u>49.530</u>	<u>(22.079)</u>	<u>27.451</u>	<u>29.273</u>

Os ativos objeto dos arrendamentos mercantis foram dados em garantia às respectivas operações de financiamento. As despesas de depreciação dos ativos adquiridos por meio de operações de arrendamento mercantil no período findo em 30 de junho de 2012, registradas na rubrica “Custo dos serviços prestados”, são de R\$2.583 (R\$4.951 em 31 de dezembro de 2011).

12. INTANGÍVEL

		Controladora			
		30/06/2012		31/12/2011	
Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Ágios	-	1.318.579	(44.413)	1.274.166	1.267.046
Contratos de clientes	10	154.387	(11.579)	142.808	150.527
Direito de uso de software	20	85.993	(38.249)	47.744	35.739
Marcas e patentes	7	13.226	(1.746)	11.480	11.945
Franquias	-	<u>2.550</u>	-	<u>2.550</u>	<u>2.551</u>
		<u>1.574.735</u>	<u>(95.987)</u>	<u>1.478.748</u>	<u>1.467.808</u>

		Consolidado			
		30/06/2012		31/12/2011	
Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Ágios	-	1.364.466	(44.413)	1.320.053	1.312.933
Contratos clientes	10	154.387	(11.579)	142.808	150.527
Direito de uso de software	20	86.952	(38.976)	47.976	35.782
Marcas e patentes	7	14.963	(2.107)	12.856	13.408
Franquias	-	2.550	-	2.550	2.550
Outros	-	<u>2.626</u>	<u>(2.626)</u>	-	<u>218</u>
		<u>1.625.944</u>	<u>(99.701)</u>	<u>1.526.243</u>	<u>1.515.418</u>

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Saldos no início do período	1.467.808	310.775	1.515.418	324.064
Adições:				
Ágios	7.121	49.066	7.121	49.066
Direito de uso de software	18.172	8.230	18.178	8.274
Marcas e Patentes	-	2.974	-	2.974
Outros	-	-	-	<u>42</u>
Total de adições	<u>25.293</u>	<u>60.270</u>	<u>25.299</u>	<u>60.356</u>
Baixas líquidas	-	(1.522)	-	(1.522)
Amortizações	<u>(14.353)</u>	<u>(3.812)</u>	<u>(14.474)</u>	<u>(3.972)</u>
Saldos no fim do período	<u>1.478.748</u>	<u>365.711</u>	<u>1.526.243</u>	<u>378.926</u>

Ágio

O ágio teve seu valor recuperável testado ao final do último exercício. Durante o período não ocorreram eventos que requeressem revisar o seu valor recuperável.

Revisão de perda por redução ao valor recuperável

A revisão anual de perda por redução ao valor recuperável pelo ágio, conforme requerida pelos CPC's, é conduzida durante o último período de cada ano. A próxima revisão ocorrerá no quarto trimestre de 2012, a não ser que ocorra algum evento que justifique a revisão antecipada da recuperação do ativo.

Direitos de software

Os direitos de uso de software correspondem a sistemas e seus desenvolvimentos. Os direitos de uso de software são ativos intangíveis com vida útil definida, a vida útil estimada desta classe de ativos é de cinco anos.

Marcas e patentes

Marcas e patentes correspondem principalmente as marcas registradas e patentes adquiridas em combinações de negócios. A Sociedade atribui marcas e patentes como ativos intangíveis com vida útil definida, a vida útil estimada desta classe de ativos é de 10 a 25 anos.

13. DEBÊNTURES

A Sociedade realizou sua primeira emissão de debêntures por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, encerrada em 12 de dezembro de 2011.

Foram captados, no âmbito da Oferta Restrita, um total de R\$450.000, em duas séries:

As “Debêntures da Primeira Série”, com total de R\$150.000, serão amortizadas em três parcelas anuais e iguais em 12 de dezembro de 2014, de 2015 e de 2016 e possui pagamento semestral de remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de spread de 0,94% ao ano, base 252 dias úteis, não havendo resgate antecipado facultativo bem como repactuação.

As “Debêntures da Segunda Série” com total de R\$300.000, serão amortizada em três parcelas anuais e iguais em 12 de dezembro de 2016, de 2017 e de 2018 e possui pagamento semestral de remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de spread de 1,20% ao ano, base 252 dias úteis, não havendo resgate antecipado facultativo bem como repactuação.

Debêntures Simples	Encargos % (a)	Consolidado 30/06/2012	Vencimento
Debêntures da Primeira Série	100% do CDI (a) + 0,94% a.a	150.749	dezembro de 2016
Debêntures da Segunda Série	100% do CDI (a) + 1,20% a.a	<u>301.540</u>	dezembro de 2018
		<u>452.289</u>	
Circulante		2.289	
Não circulante		450.000	

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente a 8,38% ao ano em 30 de junho de 2012 e 10,87% ao ano em 31 de dezembro 2011.

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 30 de junho de 2012 são como seguem:

<u>Vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2013	-
2014	50.000
2015	50.000
2016	150.000
2017 em diante	<u>200.000</u>
	<u>450.000</u>

As debêntures possuem cláusulas financeiras restritivas (“*covenants*”), podendo ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às debêntures caso a Sociedade não atenda aos seguintes índices financeiros: (i) Dívida Financeira Líquida / Earnings Before Interest Depreciation and Amortization (EBITDA) (conforme definido abaixo) menor ou igual a três vezes; e/ou (ii) EBITDA / Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo) maior ou igual a 1,5 vezes, a ser verificado pelo Agente Fiduciário, com base nas informações trimestrais constantes das Informações Trimestrais - ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP apresentadas pela Emissora à CVM, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorreu em relação às demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício social que encerrou em 31 de dezembro de 2011.

"Dívida Financeira Líquida": significa o saldo devedor de principal e juros de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos com instituições financeiras, incluindo operações de mercado de capitais, menos o saldo de caixa e aplicações financeiras, acrescido das dívidas e obrigações referentes às aquisições realizadas pela Emissora e/ou suas controladas, com base nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora apresentadas à CVM.

"Despesa Financeira Líquida": significa o saldo da diferença entre a despesa financeira bruta consolidada e a receita financeira bruta consolidada, relativo a um período de 12 meses, com base nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora.

"EBITDA": significa o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e imposto de renda, resultados financeiros, provisões, depreciação e amortização, relativo a um período de 12 meses.

Em 30 de junho de 2012 a Sociedade e suas controladas estão adimplentes com os índices financeiros mencionados.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Circulante	87.019	33.025	87.528	34.427
Empréstimos e financiamentos	86.026	25.680	86.026	25.680
Obrigações de arrendamento financeiro	993	7.345	1.502	8.747
Não circulante	31.414	100.266	32.396	101.814
Empréstimos e financiamentos	28.728	94.128	28.728	94.128
Obrigações de arrendamento financeiro	2.686	6.138	3.668	7.686
Total dos Empréstimos e Arrendamentos	<u>118.433</u>	<u>133.291</u>	<u>119.924</u>	<u>136.241</u>

Os valores contábeis dos empréstimos e arrendamentos financeiro do Grupo são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Reais	49.467	68.398	49.467	68.398
Dólares americanos	<u>68.966</u>	<u>64.893</u>	<u>70.457</u>	<u>67.843</u>
Total de Empréstimos	<u>118.433</u>	<u>133.291</u>	<u>119.924</u>	<u>136.241</u>

Os empréstimos e financiamentos têm vencimento até 2017 e cupons médios de 9,7% ao ano (10,9% ao ano em 31 de dezembro de 2011)

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 30 de junho de 2012 são como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2013	10.655	10.655
2014	13.384	13.384
2015	2.025	2.025
2016	1.865	1.865
2017 em diante	<u>799</u>	<u>799</u>
	<u>28.728</u>	<u>28.728</u>

Determinados empréstimos possuem cláusulas financeiras restritivas (“covenants”), incluindo, entre outros: (a) efetivação ou formalização de garantias reais ou fidejussórias; (b) restrições quanto à

mudança, transferência ou cessão de controle societário ou acionário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência do credor; e (c) manutenção de índices financeiros e de liquidez medidos semestralmente (junho e dezembro).

A Sociedade possui um financiamento para capital de giro junto ao Banco Itaú no montante de R\$16.227 em 30 de junho de 2012 (R\$19.570 em 31 de dezembro de 2011), que possui uma cláusula restritiva para a manutenção de índices financeiros e de liquidez medidos semestralmente (junho e dezembro) com base no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization” - EBITDA maior ou igual a 0,5 vezes o montante da dívida líquida (empréstimos e financiamentos reduzidos de caixa e equivalentes de caixa) e avais. Em 30 de junho de 2012 a Sociedade e suas controladas estão adimplentes com essas cláusulas.

A sociedade possui um financiamento para capital de giro obtido através de operação 4131 firmada junto ao Banco Itaú no valor de R\$62.829 em 30 de junho de 2012 (R\$59.421 em 31 de dezembro de 2011). A operação tem vencimento em maio de 2013 e possui instrumento financeiro derivativo contratado para proteção contra a oscilação da taxa de câmbio (operação de swap contratada a 105% do CDI).

O empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP possui uma cláusula que obriga a Sociedade a assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato através da emissão de carta de fiança bancária no valor de todo o financiamento. A carta foi emitida pelo banco HSBC no valor total de R\$7.098, em 1º de julho de 2009, e gerou uma despesa de R\$46 no resultado do período de 30 de junho de 2012 (R\$56 em 30 de junho 2011).

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados, possuem vencimento até 2016, com encargos médios 14,2% ao ano (15,8% ao ano em 31 de dezembro de 2011).

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 30 de junho de 2012 são como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2013	1.026	1.241
2014	461	892
2015	373	596
2016	826	939
2017 em diante	=	=
	<u>2.686</u>	<u>3.668</u>

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Fornecedores nacionais	56.263	70.442	58.133	72.787
Fornecedores estrangeiros	<u>3.691</u>	<u>2.654</u>	<u>3.691</u>	<u>2.654</u>
	<u>59.954</u>	<u>73.096</u>	<u>61.824</u>	<u>75.441</u>

16. SALÁRIOS E ENCARGOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Provisão para férias e 13º salário	38.385	25.281	39.162	25.675
Provisão para participação nos resultados	10.920	7.425	10.920	7.425
Encargos sociais a recolher e outros	8.820	8.343	8.965	8.483
Salários a pagar	<u>219</u>	<u>1.414</u>	<u>219</u>	<u>1.417</u>
	<u>58.344</u>	<u>42.463</u>	<u>59.266</u>	<u>43.000</u>

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Parcelamento REFIS – Lei 11.941 (a)	49.220	52.203	49.478	52.203
Parcelamento de Imposto Sobre Serviços - ISS (b)	21.740	24.539	22.633	24.795
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre importações (c)	16.026	15.316	16.026	15.316
Depósitos Judiciais (ICMS) (c)	(15.219)	(11.873)	(15.219)	(11.873)
Imposto Sobre Serviços - ISS a recolher (d)	5.275	2.900	7.724	5.271
ISS (incluído no Programa de Recuperação Fiscal Setorial - Prefis) (e)	3.884	3.539	3.884	3.539
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recolher	2.654	2.365	2.745	2.650
INSS a recolher	1.633	1.737	1.634	1.738
IRRF	654	789	676	828
PIS a recolher	687	543	712	527
Outros	<u>1.766</u>	<u>2.675</u>	<u>2.034</u>	<u>2.815</u>
	<u>88.320</u>	<u>94.733</u>	<u>92.327</u>	<u>97.809</u>
Circulante	30.260	24.567	34.021	27.216
Não circulante	58.060	70.166	58.306	70.593

(a) A Sociedade optou por efetuar o pedido de adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais, intitulado REFIS IV, definido pela Lei nº 11.941/09. Os pedidos de adesão foram efetuados tanto para débitos que se encontravam parcelados em programas anteriores, bem como para novos débitos. A adesão ocorreu por meio de programa disponibilizado no site da Receita Federal do Brasil, e, somado a isso, a Sociedade requereu administrativamente perante esse órgão, o aproveitamento do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social registrados em agosto de 2009, para quitação da multa e de juros à vista e parcelamento do principal em 120 meses com redução de 60% da multa, 25% dos juros, e 100% dos encargos legais, nos termos do que lhe garante o artigo 1º da Lei nº 11.941/09 e artigos 15 e 17 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09. A Sociedade enquanto aguardava a consolidação dos débitos parcelados no REFIS IV, cumpriu com o pagamento de parcelas mínimas. Em dezembro de 2009, a Receita Federal do Brasil concedeu o deferimento de todos os pedidos de adesão efetuados pela Sociedade. Durante o período findo em 30 de junho de 2010, a Sociedade finalizou a análise de prejuízos fiscais disponíveis para abatimento de dívidas no âmbito do REFIS IV e confirmou junto à Receita Federal do Brasil em agosto de 2010, os valores a serem utilizados. Desta forma, em junho de 2010 Labs Cardiolab compensou parte das multas e dos juros remanescentes com créditos de impostos não constituídos anteriormente, representados por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de controladas, no valor de R\$14.632 e R\$29.693, tendo creditado os valores correspondentes à redução dos passivos no resultado em 2010. Com o advindo da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02, a Sociedade optou por desistir do questionamento quanto a majoração da alíquota da Cofins e incluir a totalidade discutida neste programa de parcelamento. O prazo para consolidação dos débitos tributários inscritos no REFIS IV para os grandes contribuintes com acompanhamento diferenciado encerrou em 30 de junho de 2011 e nesta etapa a Sociedade consolidou os débitos do Grupo Fleury e oriundos da empresa incorporada NKB São Paulo e Labs Cardiolab que gerou uma despesa não recorrente de R\$8.159. No decorrer do mês de julho a Sociedade consolidou os parcelamentos das demais empresas do Grupo Fleury (NKB Rio, Campana e Laboratório Dirceu Ferreira). Atualmente o Grupo Fleury vem honrando com os pagamentos das parcelas em seus valores atribuídos na consolidação do parcelamento.

(b) A Sociedade mantém parcelamento com a Prefeitura do Município de São Paulo denominado como Programa de Parcelamento Incentivado - PPI e em 30 de Junho de 2012 o saldo é R\$17.886 (R\$18.317 em 31 de dezembro de 2011, atualizado monetariamente pela Selic). A sociedade mantém também parcelamentos com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro denominado como Programa de Reestruturação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro –

REFERJ, em 30 de Junho o saldo a pagar é de R\$4.747 (R\$ 6.478 em 31 de Dezembro de 2011), sendo que este saldo é atualizado monetariamente pela Selic.

- (c) A Sociedade é requerida a recolher Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao seu ativo imobilizado. A Sociedade mantém um processo judicial contra o Estado de São Paulo, pois, em seu entendimento, esta cobrança é indevida. Do montante total provisionado pela Sociedade, encontram-se depositados em juízo, em 30 de Junho de 2012, o valor de R\$16.026 (R\$15.305 em 31 de dezembro de 2011), encontram-se depositados em juízo, o valor de R\$15.219 em 30 de Junho de 2012 (R\$11.873 em 31 de Dezembro de 2011).
- (d) ISS incidente sobre Serviços Prestados.
- (e) A totalidade do saldo refere-se ao parcelamento de débito de ISS junto a Prefeitura do Município do Recife incluído no Programa de Recuperação Fiscal Setorial PREFIS, conforme Lei 17.029/2004. De acordo com o facultado pela Lei 17.384/07, a Sociedade renunciou à participação neste parcelamento, o que lhe concede remissão do valor parcial do débito principal atualizado monetariamente em conformidade com a Legislação Municipal, e aguarda homologação do pedido.

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 30 de junho de 2012 são como segue:

	<u>Consolidado</u>
2013	5.347
2014	11.348
2015	10.418
2016	6.757
2017 em diante	<u>24.436</u>
Total	<u>58.306</u>

18. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS

Referem-se às dívidas assumidas por aquisição de empresas, a serem pagas à medida da ocorrência dos termos contratuais, sendo atualizadas mensalmente, principalmente pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV e IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Esses valores totalizam:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Circulante	18.333	192.190	18.790	195.734
Não Circulante	<u>25.570</u>	<u>33.711</u>	<u>25.844</u>	<u>35.104</u>
	<u>43.903</u>	<u>225.901</u>	<u>44.634</u>	<u>230.838</u>

Os vencimentos das parcelas não circulantes são como segue:

<u>Vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2013	5.033	5.170
2014	7.307	7.444
2015	5.042	5.042
2016	3.295	3.295
2017 em diante	<u>4.893</u>	<u>4.893</u>
	<u>25.570</u>	<u>25.844</u>

19. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Sociedade e suas controladas estão sujeitas a riscos tributários, trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal das suas operações. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as prováveis perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a avaliação de seus assessores legais e demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como natureza dos processos e experiência histórica. Em 30 de junho de 2012, o saldo da rubrica “Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis” era como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Fiscais e previdenciárias	44.679	45.338	47.770	48.429
Trabalhistas	19.132	19.337	19.168	19.373
Cíveis	<u>1.537</u>	<u>1.814</u>	<u>1.537</u>	<u>1.814</u>
	<u>65.348</u>	<u>66.489</u>	<u>68.475</u>	<u>69.616</u>
Depósitos judiciais	<u>(13.477)</u>	<u>(13.242)</u>	<u>(13.477)</u>	<u>(13.242)</u>
	<u>51.871</u>	<u>53.247</u>	<u>54.998</u>	<u>56.374</u>

A movimentação da provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2011	Controladora				Saldo em 30/06/2012
		Adições	Reversão	Reclassificações e pagamentos	Atualização monetária	
Fiscais e previdenciárias	45.338	51	(491)	(787)	568	44.679
Trabalhistas	19.337	3.329	(2.113)	(1.954)	533	19.132
Cíveis	<u>1.814</u>	<u>70</u>	<u>(340)</u>	<u>(42)</u>	<u>35</u>	<u>1.537</u>
	<u>66.489</u>	<u>3.450</u>	<u>(2.944)</u>	<u>(2.783)</u>	<u>1.136</u>	<u>65.348</u>
Depósitos judiciais	<u>(13.242)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(235)</u>	<u>(13.477)</u>
	<u>53.247</u>	<u>3.450</u>	<u>(2.944)</u>	<u>(2.783)</u>	<u>901</u>	<u>51.871</u>
	Saldo em 31/12/2011	Consolidado				Saldo em 30/06/2012
		Adições	Reversão	Reclassificações e pagamentos	Atualização monetária	
Fiscais e previdenciárias	48.429	51	(491)	(787)	568	47.770
Trabalhistas	19.373	3.329	(2.113)	(1.954)	533	19.168
Cíveis	<u>1.814</u>	<u>70</u>	<u>(340)</u>	<u>(42)</u>	<u>35</u>	<u>1.537</u>
	<u>69.616</u>	<u>3.450</u>	<u>(2.944)</u>	<u>(2.783)</u>	<u>1.136</u>	<u>68.475</u>
Depósitos judiciais	<u>(13.242)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(235)</u>	<u>(13.477)</u>
	<u>56.374</u>	<u>3.450</u>	<u>(2.944)</u>	<u>(2.783)</u>	<u>901</u>	<u>54.998</u>

Processos classificados como de risco de perda provável, para as quais foram registradas provisões

Com referência aos processos classificados como de risco de perda provável, destacam-se as seguintes discussões na Sociedade e em sua controlada:

Fiscais e previdenciárias:

Imposto sobre serviço ISS - Discussões oriundas de empresas adquiridas e incorporadas pela Sociedade que, por se tratarem de sociedades uni profissionais, estariam submetidas à tributação em bases fixas, calculada de acordo com o número de sócios e empregados com qualificação profissional médica e não com base no faturamento à alíquota de 5%. Em 30 de junho de 2012, o montante total de R\$3.629 encontra-se provisionado.

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS: os questionamentos envolvem a isenção da contribuição para sociedades civis prestadoras de serviços relativos a profissões legalmente regulamentadas. A Lei Complementar nº 70/91, que institui a COFINS, tratou da isenção dispensada a esses tipos de sociedades, contudo com o advento da Lei nº 9.430/96 esta foi expressamente revogada passando-se a exigir a contribuição em face da receita bruta das prestadoras de serviços. Os assessores legais entendem que, por se tratar de uma lei ordinária, a Lei nº 9.430/96 não poderia ter revogado a isenção instituída pela Lei Complementar nº 70/91. Entretanto, tendo em vista o Supremo Tribunal Federal já ter se manifestado contrariamente à tese em referência, a Sociedade registra provisão para cobrir riscos no valor de aproximadamente R\$5.305 em 30 de junho de 2012.

Trabalhistas:

No que diz respeito aos processos trabalhistas em geral, as matérias discutidas são: (i) horas extras; (ii) adicional de insalubridade; (iii) reintegração em razão de estabilidade por doença ocupacional ou acidente de trabalho; (iv) responsabilidade subsidiária; e (v) danos morais e materiais. Considerando as perdas históricas efetivamente liquidadas, a administração da Sociedade considera que a provisão constituída é suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

Processos classificados como de risco de perda possível

Em 30 de junho de 2012, a Sociedade possui um montante consolidado de aproximadamente R\$217.500 (R\$226.800 em 31 de dezembro de 2011) referentes a outros processos classificados como risco de perda possível pelos seus assessores legais, dos quais R\$142.800 referentes a questões fiscais e previdenciárias, R\$22.200 referentes a questões cíveis e R\$52.500 referentes a questões trabalhistas.

Depósitos judiciais

Quando requerido, são efetuados depósitos judiciais para garantir as causas em disputa. Tais depósitos, totalizando R\$5.948 na controladora, e R\$12.198 no consolidado, em 30 de junho de 2012 (R\$7.007 na controladora e R\$13.235 no consolidado em 31 de dezembro de 2011), estão classificados no ativo não circulante e referem-se a causas consideradas pelos assessores legais da Sociedade como de risco de perda remoto ou possível. Os depósitos judiciais referentes às causas

consideradas como risco de perda provável estão classificados no passivo não circulante, reduzindo o saldo da respectiva provisão.

20. COMPROMISSOS

Parte significativa dos imóveis utilizados nas atividades operacionais é alugada, com prazos e valores suportados por contratos com períodos de vigência entre quatro e seis anos. Durante o período findo em 30 de junho de 2012, as despesas com aluguéis de imóveis na Sociedade foram de R\$38.174 (R\$25.842 em 30 de junho de 2011). Os valores dos contratos são atualizados monetariamente após a data do vencimento original (geralmente anual), cujo reajuste é calculado de acordo com a variação do IGP-M. Os compromissos consolidados de aluguel eram de R\$232.550 em 30 de junho de 2012 (R\$171.438 em 30 de junho de 2011). A posição consolidada dos compromissos assumidos é a seguinte:

	<u>Consolidado</u>
2012	28.459
2013	51.737
2014	43.288
2015	36.991
2016 em diante	<u>72.075</u>
	<u>232.550</u>

21. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Transinc Serviços Médicos S.A (a)	(3.212)	(3.011)	(3.212)	(3.011)
	<u>(3.212)</u>	<u>(3.011)</u>	<u>(3.212)</u>	<u>(3.011)</u>

(a) A Transinc Serviços Médicos S.A. é uma empresa que detém e administra alguns imóveis utilizados pelo Fleury S.A., cujos acionistas são pessoas físicas que também participam da empresa que é controladora do Grupo Fleury, Integritas Participações S.A. Os valores dos contratos de aluguel com essa entidade foram determinados com base em preços de mercado, apurados por consultores independentes e são atualizados monetariamente com base na média dos índices IGP-M, IPCA e INPC.

A remuneração dos administradores, para o período findo em 30 de junho de 2012, inclui salários, pró-labore e bônus no valor de R\$1.702 e remuneração do Conselho de Administração de R\$936 (R\$2.820 e R\$2.030 respectivamente em 30 de junho de 2011) e está contabilizada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações do resultado. A Sociedade não confere aos seus administradores benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, tampouco benefícios de longo prazo.

A Sociedade registra provisão para participação nos resultados de empregados e administradores, a qual totalizou R\$10.920 no período findo em 30 de junho de 2012 (R\$2.400 em 30 de junho de 2011), registrada nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social em 30 de junho de 2012, totalmente integralizado, é de R\$1.402.530, representado por 156.293.356 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Sociedade está autorizada a aumentar o seu capital, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 160.000.000 de ações ordinárias.

Em Reunião de Conselho de Administração realizada em 04 de abril de 2012, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade, dentro do limite do capital autorizado, por subscrição particular, para atender o exercício de opções no âmbito da Primeira Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Reunião de Conselho de Administração realizada em 09 de fevereiro de 2010, no valor de R\$1.623, mediante a emissão de 89.437 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$18,14 por ação, conforme estabelecido no âmbito da primeira outorga.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 31 de outubro de 2011 foi aprovado o aumento de capital da Sociedade pela Incorporação de Ações da Labs Cardiolab, mediante a emissão de 24.905.369 ações ordinárias, no montante de R\$546.066.

Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurada a distribuição de 25% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício social, ajustado nos termos da legislação societária na forma de dividendos mínimos obrigatórios.

Em 29 de dezembro de 2011, foi realizada a distribuição antecipada de remuneração aos acionistas, sob a forma de juros sobre o capital próprio. O valor bruto distribuído de R\$10.000, corresponde a R\$0,07 por ação, com base na posição acionária de 19 de dezembro de 2011.

Em 31 de agosto de 2011, foi realizada a distribuição antecipada de remuneração aos acionistas, sob a forma de juros sobre o capital próprio. O valor bruto distribuído de R\$18.000, corresponde a R\$0,13 por ação, com base na posição acionária de 19 de agosto de 2011.

Demonstração dos resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

23. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Receita bruta	802.205	507.684	824.193	513.994
Glosas	(44.607)	(7.212)	(44.801)	(7.212)
Abatimentos	(563)	(365)	(563)	(464)
Impostos	<u>(51.793)</u>	<u>(30.928)</u>	<u>(53.034)</u>	<u>(31.245)</u>
Receita líquida	<u>705.242</u>	<u>469.179</u>	<u>725.795</u>	<u>475.073</u>

24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Pessoal e médicos	(250.679)	(139.486)	(262.235)	(144.122)
Serviços gerais, aluguéis e serviços públicos	(92.574)	(63.882)	(94.720)	(64.086)
Materiais e terceirizações	(80.069)	(54.472)	(81.032)	(54.594)
Gastos gerais	(56.721)	(39.845)	(57.492)	(39.918)
Depreciação e amortização	<u>(33.896)</u>	<u>(14.301)</u>	<u>(35.324)</u>	<u>(14.461)</u>
	<u>(513.939)</u>	<u>(311.986)</u>	<u>(530.803)</u>	<u>(317.181)</u>

Em 2012 foi implementada mudança no critério de alocação da depreciação, passando a ser alocada nas rubricas de "Custos dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas". Para fim de comparabilidade os valores do segundo trimestre de 2011 estão sendo apresentados ao novo critério adotado em 2012.

25. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Pessoal e médicos	(34.583)	(33.449)	(35.015)	(33.781)
Depreciação e amortização	(13.001)	(3.383)	(13.001)	(3.555)
Serviços gerais, aluguéis e serviços públicos	(7.542)	(4.359)	(7.652)	(5.486)
Promoções e eventos	(6.964)	(6.046)	(7.039)	(6.058)
Serviços de consultoria	(7.009)	(8.060)	(7.029)	(8.197)
Serviços contratados de advocacia	(3.633)	(3.651)	(3.633)	(3.654)
Materiais e terceirizações	(1.012)	(1.413)	(1.028)	(1.413)
Outros	<u>(5.459)</u>	<u>(4.078)</u>	<u>(5.768)</u>	<u>(4.135)</u>
	<u>(79.203)</u>	<u>(64.439)</u>	<u>(80.165)</u>	<u>(66.279)</u>

Em 2012 foi implementada mudança no critério de alocação da depreciação, passando a ser alocada nas rubricas de "Custos dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas". Para fim de comparabilidade os valores do segundo trimestre de 2011 estão sendo apresentados ao novo critério adotado em 2012.

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.450)	(1.772)	(1.455)	(1.772)
Resultado líquido na baixa de ativos	(148)	(1.324)	(324)	(1.324)
Outras	<u>(1.106)</u>	<u>(1.407)</u>	<u>(1.783)</u>	<u>(1.417)</u>
	<u>(2.704)</u>	<u>(4.503)</u>	<u>(3.562)</u>	<u>(4.513)</u>

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	12.121	30.013	12.360	30.013
Instrumentos financeiros derivativos	9.528	67	9.528	67
Varição cambial	6.192	1.943	6.192	1.943
Atualização monetária de depósitos judiciais	788	846	797	846
Outros	140	141	201	202
	<u>28.769</u>	<u>33.010</u>	<u>29.078</u>	<u>33.071</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(23.104)	-	(23.104)	-
Varição cambial	(11.494)	(226)	(11.494)	(226)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(7.772)	(5.645)	(7.786)	(5.675)
Atualização monetária de contas a pagar de aquisição de empresas	(9.413)	(4.563)	(9.972)	(4.712)
Instrumentos financeiros derivativos	(6.364)	(3.141)	(6.364)	(3.141)
Taxas e despesas bancárias	(1.464)	(739)	(1.471)	(742)
Juros e atualização monetária sobre provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(1.136)	(1.269)	(1.136)	(1.269)
Outros	(1.896)	(932)	(1.930)	(1.603)
	<u>(62.643)</u>	<u>(16.515)</u>	<u>(63.257)</u>	<u>(17.368)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(33.874)</u>	<u>16.495</u>	<u>(34.179)</u>	<u>15.703</u>

Em 2011 a Sociedade distribuiu remuneração aos acionistas sob a forma de juros sobre capital próprio. Os valores distribuídos foram contabilizados na rubrica “Despesas com Juros sobre capital próprio” e de acordo com Deliberação N° 207 revertidos contra a rubrica “Lucro acumulado” no patrimônio líquido.

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Prejuízo fiscal	79.436	42.505	79.436	42.505
Provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis	78.233	77.473	78.233	77.473
Provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa	57.202	30.762	57.202	30.762
Amortização do ágio indedutível até 2008 e dedutível para fins tributários em períodos futuros	24.782	24.782	24.782	24.782
Provisão para participação nos resultados	10.920	7.425	10.920	7.425
Variação cambial - tributada pelo regime de caixa	-	(4.114)	-	(4.114)
Reavaliação do ativo	(2.799)	(3.388)	(2.799)	(3.388)
Ajuste a valor líquido de ativos adquiridos e passivos assumidos	(112.207)	(156.266)	(112.207)	(156.266)
Efeitos da amortização de ágio para fins fiscais (a)	(272.326)	(157.498)	(272.326)	(157.498)
Baixa de ativo diferido	-	33.737	-	33.737
Outros	-	3.439	-	3.439
Base de cálculo	<u>(136.759)</u>	<u>(101.143)</u>	<u>(136.759)</u>	<u>(101.143)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos à alíquota combinada aproximada de 34%	<u>(46.498)</u>	<u>(34.389)</u>	<u>(46.498)</u>	<u>(34.389)</u>
Ativo não circulante	96.665	79.176	96.665	79.176
Passivo não circulante	(143.163)	(113.565)	(143.163)	(113.565)

(a) Ágio de incorporação de empresas, principalmente Labs Cardiolab.

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, no resultado são reconciliados como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	76.076	99.747	76.580	99.819
Alíquota conjugada aproximada de IRPJ e CSLL	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
IRPJ e CSLL esperados	<u>(25.866)</u>	<u>(33.914)</u>	<u>(26.037)</u>	<u>(33.938)</u>
Benefício da distribuição em forma de Juros sobre o Capital Próprio e amortização de ajustes de prejuízo fiscal de 2011	13.600	-	13.600	-
Variação cambial (alterado para regime de competência em 2012)	947	-	947	-
Depreciação	167	-	167	-
Despesas indedutíveis	(654)	(1.650)	(654)	(1.650)
Equivalência patrimonial	(398)	(686)	(398)	-
Baixa de créditos prescritos	-	(1.507)	-	(1.507)
Outros	95	(1.327)	(238)	(2.061)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(12.109)</u>	<u>(39.084)</u>	<u>(12.613)</u>	<u>(39.156)</u>

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Sociedade estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias nos seguintes exercícios/períodos:

<u>Exercício</u>	<u>Consolidado</u>
2013	9.667
2014	14.500
2015	19.333
2016	24.165
2017	29.000
	<u>96.665</u>

A Sociedade optou pelo RTT, instituído pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS e a COFINS, continuam a ser determinadas com base nos métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/76, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, foram registrados nas demonstrações financeiras da Sociedade.

A empresa Diagnoson Ultra-Sonografia e Densitometria Óssea Ltda, adquirida pela Companhia em maio de 2011, apurou IRPJ e CSLL pela modalidade de Lucro Presumido até a sua incorporação.

A controlada, Clínica Luiz Fellipe Mattoso Ltda, adquirida em agosto de 2011 apura IRPJ e CSLL pela modalidade de Lucro Presumido.

29. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Previdência Privada

A Sociedade é patrocinadora da entidade de previdência complementar denominada Itaú Vida e Previdência S.A., a qual objetiva, principalmente, complementar os benefícios previdenciários oficiais, sendo esse plano opcional a todos os empregados da Sociedade e da controlada Fleury CPMA, e administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A. O referido plano é de contribuição definida e durante o período findo em 30 de junho de 2012 a Sociedade efetuou contribuições no montante de R\$896 (R\$895 no período findo em 30 de junho de 2011), registradas em “Despesas gerais e administrativas”.

Todos os empregados e dirigentes que mantenham vínculo empregatício ou de administração com a Sociedade ou o Fleury CPMA poderão participar do referido plano. A idade máxima para adesão ao plano é de 60 anos e a idade máxima de permanência é de 70 anos.

O participante do plano poderá efetuar contribuições básicas em percentual inteiro entre 1% e 5% do salário de participação, a serem pagas mensalmente, com valor mínimo de contribuição de R\$20,00 (vinte reais). Além disso, o participante poderá efetuar contribuições voluntárias, a seu exclusivo critério, de periodicidade livre e valores acima de R\$20,00 (vinte reais).

As contribuições da Sociedade e da controlada são efetuadas da seguinte forma:

Tempo de vínculo empregatício ou tempo de participação no programa

Contribuição da Sociedade

Menor ou igual a 4 anos
De 5 anos a 9 anos
Maior ou igual a 10 anos

50% da contribuição básica do participante
75% da contribuição básica do participante
100% da contribuição básica do participante

Plano de opção de compra de ações

Na AGE de 12 de novembro de 2009, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, autorizando a outorga de opções de compra de ações a colaboradores selecionados pelo Conselho de Administração. As opções outorgadas no âmbito do plano estão limitadas a 3% do total das ações do capital social subscrito e integralizado da Sociedade.

Cada opção de compra dos empregados pode ser convertida em uma ação ordinária do Fleury S.A. no momento do exercício da opção, sendo que esta poderá ser exercida a qualquer momento a partir da data de aquisição de direito até seis anos da data da outorga, quando expiram. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito a dividendos ou ao voto, até seu efetivo exercício.

O Conselho de Administração da Sociedade é responsável por determinar, em cada outorga, os participantes do plano, bem como o número de ações a serem adquiridas no exercício de cada opção, o prazo de vigência, o preço de exercício, as condições de pagamento e demais condições.

O exercício total das opções poderá ser realizado em, no mínimo, quatro anos a contar da data de assinatura do contrato de opção, em parcelas assim definidas: (a) até 33% do total de ações objeto da opção a partir do final do segundo ano; (b) até 33%, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano, ou até 66% do total das ações, descontadas as já exercidas; e (c) 34% restantes ou até 100% do total de ações a partir do quarto ano.

Os participantes terão o prazo máximo de seis anos para exercer as opções, contados da data de outorga das opções.

O preço de exercício das opções será baseado na média ponderada dos pregões do mês imediatamente anterior à assinatura do contrato de opção. Excepcionalmente para a primeira outorga, o preço de exercício das opções será equivalente ao preço por ação estabelecido no âmbito da primeira oferta pública primária de ações ordinárias de emissão da companhia (“IPO”).

As seguintes outorgas foram realizadas até a data:

Data da Outorga	Opções de Compras Outorgadas	Preço do Exercício das Opções*	<u>Posição em 30/06/2012</u>		<u>Posição em 31/12/2011</u>	
			Quantidade	Preço do Exercício	Quantidade	Preço do Exercício
2 de maio de 2012	732.746	24,39	732.746	24,39	-	-
22 de fevereiro de 2011	327.825	25,76	251.503	27,22	282.173	26,62
2 de fevereiro de 2010	552.625	16,00	164.080	17,67	271.018	17,28

* O preço das opções será atualizado pela variação do IPCA.

No exercício findo em 30 de junho de 2012, a Sociedade reconheceu uma despesa “pro-rata” desde a data da outorga, no valor de R\$852 (R\$486 lançada em “Despesas Gerais e Administrativas”, no período findo em 30 de junho de 2011).

30. LUCRO POR AÇÃO

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	63.967	60.663
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	156.246.650	131.298.550
Média ponderada da quantidade de ações em tesouraria	<u>-</u>	<u>-</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<u>156.246.650</u>	<u>131.298.550</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,41</u>	<u>0,46</u>

Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Sociedade teve ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o período conforme relativo ao Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, como segue:

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	63.967	60.663
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	156.246.650	131.298.550
Ajuste por opções de compra de ações	<u>63.633</u>	<u>54.320</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro por ação diluído	<u>156.310.283</u>	<u>131.352.870</u>
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,41</u>	<u>0,46</u>

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração efetua análises do Grupo Fleury baseada em dois segmentos de negócios relevantes: (i) Medicina Diagnóstica e (ii) Medicina Integrada. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

	30/06/2012			30/06/2011		
	Medicina diagnóstica	Medicina integrada	Consolidado	Medicina diagnóstica	Medicina integrada	Consolidado
	(MD)	(MI)		(MD)	(MI)	
Receita líquida	602.969	122.826	725.795	396.710	78.363	475.073
Resultado do segmento	127.799	31.285	159.084	93.502	8.631	102.133
Depreciação e amortização	-	-	(48.325)	-	-	(18.017)
Resultado financeiro	-	-	(34.179)	-	-	15.703
Lucro líquido antes dos impostos	=	=	<u>76.580</u>	=	=	99.819
Ativo total	-	-	<u>2.728.297</u>	-	-	<u>1.479.238</u>
O ativo total inclui:						
Ágio	1.121.506	198.547	1.320.053	327.173	9.990	337.163
Marca	11.477	1.379	12.856	10.731	1.548	12.279
Contratos	-	142.808	142.808	-	-	-
Ativos não alocados	=	=	<u>1.252.580</u>	=	=	<u>1.129.796</u>
Passivo total	=	=	<u>1.029.975</u>	=	=	<u>406.286</u>

O ágio e o reconhecimento dos ativos intangíveis (Marcas e Patentes) decorrentes da aquisição do Diagnoson, nos valores de R\$50.228 e R\$2.973, respectivamente, foram totalmente alocados no segmento de MD.

O ágio de R\$934.423 decorrente da aquisição da Labs Cardiolab, foi alocado nos segmentos de MD e MI, nos valores de R\$642.243 e R\$292.180, respectivamente. O valor de contratos de R\$154.387, foram totalmente alocados no segmento de MI.

32. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade mantém política de efetuar cobertura de seguros de forma global para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos, lucros cessantes e/ou responsabilidades, por valores suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades e de acordo com a avaliação da Administração e de seus consultores especializados. O prêmio líquido das apólices de seguros da Controladora vigentes em 30 de junho de 2012 é de aproximadamente R\$973. Os contratos possuem prazo de vigência até outubro de 2012. A seguir, o limite máximo da importância segurada das principais coberturas de seguro em 30 de junho de 2012:

	<u>Consolidado</u>
Riscos nomeados	R\$ 327.298
Responsabilidade civil	R\$ 36.500
Transporte internacional - importação	U\$ 1.200

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM número 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao período findo em 30 de Junho de 2012, autorizando sua conclusão nessa data.

São Paulo, 02 de Julho de 2012.

Diretoria

Omar Magid Hauache - Presidente

Fábio Tadeu Marchiori Gama - Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores

José Marcelo AmatuZZi de Oliveira - Diretor Executivo de Pessoas

Wilson Leite Pedreira Junior - Diretor Executivo de Medicina Diagnóstica

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE OPARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM número 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do período findo em 30 de junho de 2012, emitido em 02 de Julho de 2012.

São Paulo, 02 de Julho de 2012

Diretoria

Omar Magid Hauache - Presidente

Fábio Tadeu Marchiori Gama - Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores

José Marcelo Amatuzzi de Oliveira - Diretor Executivo de Pessoas

Wilson Leite Pedreira Junior- Diretor Executivo de Medicina Diagnóstica